

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro Class.: 11

Data: 31/08/94 Pg.: _____

Os EUA e a Amazônia

Não constitui novidade o interesse dos Estados Unidos em obter alterações na política indigenista brasileira, com o fim de afrouxar os laços da soberania nacional em relação à Amazônia. Mas a referência feita ao problema pelo sociólogo Hélio Jaguaribe, em palestra pronunciada no âmbito do Estado-Maior do Exército, serve para repor a questão em cena e, assim, mantê-la acesa no debate.

É impossível ocultar os aspectos econômicos de larga abrangência imbricados nas soluções possíveis para o desenvolvimento da região. Explica-se, assim, o foco de atenção aberto sobre a Amazônia no plano internacional, ao qual os EUA aderem como o principal interessado. A tal ponto que há tempos propõem a criação de nações indígenas naqueles espaços equatoriais, numa sugestão bastante clara de abrir espaços a enclaves à margem da soberania brasileira.

Talvez não seja exagerado afirmar que o eventual surgimento de aldeias favorecidas pelo figurino autonomista norte-americano faculte engajamentos políticos destas com outros países. Ficariam à disposição de quem pudesse melhor iludir os índios as imensuráveis insurgências naturais de suas reservas, entre as quais despontam em primeiro lugar os minerais estratégicos.

Na dimensão oficial, contudo, não há motivações utilitaristas como respaldo das intenções de Washington. Estaria em causa, apenas, o desejo de preservar as populações autóctones, deixá-las viver sob inspirações de sua cultura e, argumento poderoso, evitar as agressões ao meio ambiente. Convém, todavia, registrar algumas ambiguidades e perplexidades na posição norte-americana.

Como observou Jaguaribe em sua pa-

lestra, os EUA exterminaram suas próprias tribos. E jamais cogitaram de reconhecê-las como titulares de qualquer autonomia política, nem mesmo em relação aos minúsculos grupos que restaram do genocídio. Destruíram suas florestas de forma quase total, ao longo do processo de ocupação do solo, no *hinterland* como nas áreas urbanas. Ainda hoje despejam milhões de toneladas de rejeitos poluidores na atmosfera.

A autenticidade das preocupações de Washington em torno da Amazônia enfrenta, no mínimo, as restrições da lógica, conhecidas a desídia e a violência com que tratou de problemas idênticos em território estadunidense. Robustecê-se, em consequência, a impressão de que há por trás de tudo uma vontade bem mais alentada e, por certo, diferente da versão oficial, no tratamento da questão amazônica.

O Brasil em nenhum momento renunciou à cooperação internacional para promover o desenvolvimento equilibrado da área e acomodar em bases legítimas os interesses das tribos indígenas. Tem o direito de fazê-lo, no entanto, sob as prerrogativas de sua soberania e dentro de uma permuta de conveniências que não viole o interesse nacional. Ainda, agora, o governo brasileiro busca concluir a usina nuclear de Angra 2 para favorecer o enriquecimento de urânio, a partir da produção de minas alternativas às de Poços de Caldas, em virtual esgotamento. Poderá pesquisar o solo amazônico em busca do mineral e transformá-lo em *yellow cake* (urânio enriquecido).

Aos parceiros internacionais do Brasil, como os EUA, estão abertas as linhas de participação e integração, desde que preservadas a autonomia e a independência do Estado brasileiro.